

# III MOSTRA DE TRABALHOS ACADÊMICOS DO CURSO DE DIREITO

*Univates*

ELENARA PORTO E SILVA MACHADO  
LEILA VIVIANE SCHERER HAMMES  
(ORGANIZADORAS)

**ANAIS**

**DIREITO**  
UNIVATES 25 ANOS



**III MOSTRA DE TRABALHOS ACADÊMICOS  
DO CURSO DE DIREITO**



ELENARA PORTO E SILVA MACHADO  
LEILA VIVIANE SCHERER HAMMES  
(ORGANIZADORAS)

**III MOSTRA DE TRABALHOS ACADÊMICOS  
DO CURSO DE DIREITO**

1ª Edição

Quipá Editora  
2024

Copyright © dos autores e autoras. Todos os direitos reservados.

Esta obra é publicada em acesso aberto. O conteúdo dos capítulos, os dados apresentados, bem como a revisão ortográfica e gramatical são de responsabilidade de seus autores, detentores de todos os Direitos Autorais, que permitem o download e o compartilhamento, com a devida atribuição de crédito, mas sem que seja possível alterar a obra, de nenhuma forma, ou utilizá-la para fins comerciais.

#### COMITÊ CIENTÍFICO E ACADÊMICO

Alice Kramer Iorra Schmidt, Mestre, Elenara Porto e Silva Machado, Mestre, Leila Viviane Scherer Hammes, Mestre Marta Luisa Piccinini, Mestre Maurício Zanotelli, Doutor Tatiele Gisch Kuntz, Mestre.

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

P853a Anais da III mostra de trabalhos acadêmicos do curso de direito da Universidade Do Vale Do Taquari - Univates / Organizado por Elenara Porto e Silva Machado e Leila Viviane Scherer Hammes — Iguatu, CE : Quipá Editora, 2024.  
61 p. : il.

ISBN 978-65-5376-423-1

1. Direito. 2. Mostra de trabalhos. I. Porto e Silva Machado, Elenara. II. Viviane Scherer Hammes, Leila. III. Título.

CDD 340

---

Elaborada por Rosana de Vasconcelos Sousa — CRB-3/1409

Obra publicada pela Quipá Editora em dezembro de 2024

Quipá Editora  
www.quipaeditora.com.br  
@quipaeditora

## SUMÁRIO

<b>IMPACTOS DAS CHEIAS EM EMPRESAS LOCATÁRIAS: UM ESTUDO SOBRE A RESILIÊNCIA E ADAPTAÇÃO DO RAMO IMOBILIÁRIO</b>	<b>09</b>
<b>SOMOS TODOS IGUAIS? LEI Nº 10.639/2003 COMO PILAR PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DE LETRAMENTO RACIAL: O DIÁLOGO NECESSÁRIO ENTRE DIREITO E RAÇA</b>	<b>11</b>
<b>A INFLUÊNCIA DAS FALSAS MEMÓRIAS NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DA PROVA DE RECONHECIMENTO PESSOAL</b>	<b>13</b>
<b>DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E GOVERNANÇA EM ARROIO DO MEIO: LIÇÕES A PARTIR DAS ENCHENTES DE 2023 E DE 2024</b>	<b>15</b>
<b>PROBLEMÁTICA NA FISCALIZAÇÃO NA PONTE DE FERRO EM ARROIO DO MEIO</b>	<b>17</b>
<b>CONSTITUCIONALIDADE DOS LOTEAMENTOS PARTICULARES</b>	<b>19</b>
<b>DIREITOS HUMANOS NO MEIO ESCOLAR E A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA</b>	<b>21</b>

<b>RESILIÊNCIA EDUCATIVA: RESTAURAÇÃO DA QUALIDADE EDUCACIONAL NA ESCOLA EMEF GENNY DE SOUZA DA SILVA PÓS-ENCHENTE</b>	<b>23</b>
<b>O CDC APLICADO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E DE CALAMIDADE PÚBLICA</b>	<b>25</b>
<b>JUSTIÇA RESTAURATIVA NA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO Pousada da Criança em Estrela/RS: AS DIFICULDADES ENFRENTADAS EM RAZÃO DO RESULTADO DAS ENCHENTES DE MAIO DE 2024</b>	<b>27</b>
<b>RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS E COMBATE AO SUPERENDIVIDAMENTO MERCADISTA: REVITALIZANDO PEQUENOS NEGÓCIOS E ESTIMULANDO A ECONOMIA LOCAL EM ARROIO DO MEIO APÓS AS ENCHENTES DE ABRIL DE 2024</b>	<b>29</b>
<b>ENSINO ÀS CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS APÓS A ENCHENTE: UM NOVO OLHAR PARA A EDUCAÇÃO PEDAGÓGICA</b>	<b>31</b>
<b>DESAFIOS PARA A RECUPERAÇÃO DA ACADEMIA DE JIU-JÍTSU HAUBERT TEAM 17 AFETADA PELA ENCHENTE DE MAIO DE 2024 NO VALE DO TAQUARI</b>	<b>33</b>
<b>EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS</b>	<b>35</b>

<b>A LEI 12.764/12 E SUA APLICAÇÃO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE LAJEADO/RS: UM ESTUDO SOBRE A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA</b>	<b>37</b>
<b>AS MULHERES TRABALHADORAS E O TELETRABALHO – ESTUDO DE CASO DE UMA EMPRESA CONTÁBIL EM LAJEADO/RS</b>	<b>39</b>
<b>A INFLUÊNCIA DAS FALSAS MEMÓRIAS NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DA PROVA DE RECONHECIMENTO PESSOAL</b>	<b>40</b>
<b>IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AS NOVAS DIRETRIZES JURÍDICAS: UM ESTUDO SOBRE A LEI 14.230/2021</b>	<b>41</b>
<b>DESMISTIFICANDO O PERFIL DAS PESSOAS ATINGIDAS PELO SUPERENDIVIDAMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</b>	<b>43</b>
<b>A VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL DO TRABALHO INFANTIL E O POSICIONAMENTO JURISPRUDENCIAL ACERCA DO CÔMPUTO DA ATIVIDADE RURÍCOLA DA CRIANÇA PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>45</b>
<b>CONTRATOS DE PRÉ-PAGAMENTO DE EXPORTAÇÃO: UMA ANÁLISE DE SUAS VANTAGENS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL</b>	<b>47</b>

<b>O ABORTO PÓS-ESTUPRO NO BRASIL E A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NA PROTEÇÃO E GARANTIA DOS DIREITOS FEMININOS</b>	<b>48</b>
<b>PESSOAS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NAS UNIVERSIDADES: O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NA UNIVATES</b>	<b>50</b>
<b>ESTADO LAICO E O PODER DA RELIGIÃO COMO FORMA DE CONTROLE NAS COMUNIDADES PERIFÉRICAS</b>	<b>51</b>
<b>OS IMPACTOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO VALE DO TAQUARI/RS</b>	<b>52</b>
<b>RE 714.139/SC E AS IMPLICAÇÕES NA APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA SELETIVIDADE EM FUNÇÃO DA ESSENCIALIDADE NO ICMS</b>	<b>54</b>
<b>CRIME DE MAUS TRATOS AOS ANIMAIS: UM ESTUDO DE CASO VOLTADO À ATUAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL NA CIDADE DE ENCANTADO/RS NO PERÍODO DE 2015 A 2023</b>	<b>55</b>
<b>O PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL NAS SITUAÇÕES EM QUE A VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DEPENDE FINANCEIRAMENTE DO AGRESSOR</b>	<b>57</b>



<b>A (IN)TRANSMISSIBILIDADE DOS BENS DIGITAIS NO DIREITO SUCESSÓRIO: REFLEXÕES À LUZ DO ANTEPROJETO DE REFORMA DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO</b>	<b>58</b>
<b>A EMBRIAGUEZ COMO JUSTA CAUSA PARA RUPTURA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO A LUZ DOS CONCEITOS CONTEMPORÂNEOS DA SAÚDE</b>	<b>59</b>
<b>O DIREITO À CULTURA SOB A ÉGIDE DA LEI ROUANET: UM ESTUDO DA APLICABILIDADE DO DISPOSITIVO LEGAL NO VALE DO TAQUARI, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</b>	<b>60</b>

## **IMPACTOS DAS CHEIAS EM EMPRESAS LOCATÁRIAS: UM ESTUDO SOBRE A RESILIÊNCIA E ADAPTAÇÃO DO RAMO IMOBILIÁRIO**

Nome dos autores: Eduarda Becker, Gabriel Pritzke Nunes Machado, Gabrieli Sanders, João Carlos Marasca Volken, Luiza Carolina Bagestan Moriggi, Rômulo Casagrande, Sarah Kamili Fischer e Suélen Maria Graciolla de Oliveira.

Nome dos apresentadores: Suélen Maria Graciolla de Oliveira, Sarah Kamili Fischer  
Instituição dos autores: Universidade do Vale do Taquari - Univates

Orientador(a): Alice Kramer Iorra Schmidt

**Resumo:** Entre setembro de 2023 e maio de 2024, um período de nove meses, cidades do Vale do Taquari enfrentaram severas cheias devido ao fenômeno do “El Niño”, resultando em danos significativos em quase todas as cidades do Estado do Rio Grande do Sul. As inundações causaram destruição em grande escala, provocando muitos prejuízos em residências, comércios, infraestruturas públicas, lavouras, sendo que as águas atingiram níveis que jamais vinham a ser imaginados antes. Este cenário impactou a vida da população local, deixando pessoas desabrigadas e danos irreparáveis, sendo este um cenário ao qual todos de alguma forma foram afetados, de forma direta ou indiretamente. Levando em consideração a temática do presente trabalho que possui foco no ramo imobiliário, observa-se que muitos imóveis acabaram sendo desocupados por orientação da Defesa Civil, deixando centenas de pessoas desabrigadas ao terem suas casas condenadas ou completamente destruídas, sendo levadas pela força da água e conseqüentemente, deixando além dos proprietários, imobiliárias e corretores de imóveis no prejuízo. Com base nisso, este estudo visa compreender de que maneira os corretores e imobiliárias irão se reerguer e aos poucos recuperar-se e quais são as medidas a serem adotadas para

assim, poderem reduzir futuros prejuízos e dissidências contratuais entre seus inquilinos e proprietários. Esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa, a qual focou em analisar as formas de contratos de locação em questão de prevenção às cheias, especificamente na cidade de Encantado/RS, o que posteriormente revelou que mesmo com estes acontecimentos e diante de possíveis cheias futuras, visto que esse é o atual cenário a ser considerado “normal” de agora em diante, os contratos seguem não possuindo cláusulas preventivas para inundações, sendo realizados somente acordos entre proprietários e inquilinos acerca de como irão arcar com os prejuízos e danos causados. Pensando nisso, foram propostas soluções e estratégias de comunicação, com o intuito de alcançar e informar diferentes públicos, através de rádios locais e meios digitais. Sendo que o próximo desafio que o mercado imobiliário terá, será reavaliar imóveis à venda em áreas afetadas, que possivelmente virão a ter seus preços reduzidos devido ao risco de novas inundações. E apesar das dificuldades enfrentadas, iniciativas como levar informação ao público e pesquisas de campo através de um formulário aplicado, apontam para a necessidade de cláusulas contratuais mais adaptáveis e preventivas.

**Palavras-chave:** Vale do Taquari; Catástrofe; Enchente; Contrato de aluguel; Locação de imóveis.

**SOMOS TODOS IGUAIS? LEI Nº 10.639/2003 COMO PILAR  
PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DE  
LETRAMENTO RACIAL: O DIÁLOGO NECESSÁRIO  
ENTRE DIREITO E RAÇA**

Nome dos autores: Carem Barbosa de Castro

Nome dos apresentadores: Carem Barbosa de Castro Instituição  
dos autores: Univates

**Resumo:** A construção de uma política de letramento racial, compreendida como conjunto de práticas que visam desconstruir a naturalização do racismo, o combate a estratificação social e todas as formas de discriminação social que assolam o Brasil, perpassam pelo necessário diálogo entre Direito e Raça. A presente pesquisa visa responder o seguinte problema: em que medida a Lei nº 10.639/2003 pode ser o pilar para construção de uma política de letramento racial no atual contexto social do Brasil? A pesquisa tem como objetivo, explorar como a raça vem historicamente delineando o funcionamento do Direito, buscando compreender os mecanismos que ditam os contornos da problemática do racismo até os dias de hoje. Nessa senda, busca dialogar com autores como bell hooks, Richard Delgado e em especial, com o jurista brasileiro Adilson José Moreira, que traz suas experiências como membro das minorias para o debate jurídico, convergindo então raça e direito, a partir da utilização do storytelling. Revisitar a história da construção social do Brasil é imprescindível para compreender as dimensões do racismo e construir uma política de letramento racial. Nesse sentido, a metodologia empregada será o método dedutivo, a técnica de pesquisa será a revisão bibliográfica, que se utilizará dos referenciais teóricos da Teoria Racial Crítica (Critical Race Theory, ou CRT), corrente jus teórica norte-americana, utilizada por juristas brasileiros que buscam

racializar o ensino jurídico, tornando assim, mais igualitário. No intuito de demarcar os contornos da presente pesquisa, compreende-se como importante pilar para sua construção da política de letramento racial a Lei nº 10.639/2003 que altera o artigo 26-A, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 (LDBEN), estabelecendo a obrigatoriedade do Ensino da História e cultura Afro-Brasileira. Instrumento legal que busca enfrentar o racismo senão no seu nascedouro, sem dúvidas no local onde se estrutura: na escola. A construção de estereótipos se inicia no ambiente escolar, espaço que deveria garantir a construção de cidadãos sem preconceitos, mas que segue perpetuando o racismo e a discriminação. A pesquisa em tela encontra-se em desenvolvimento, mas é possível apontar o papel do Direito como mecanismo de transformação social, uma vez que este, é fortemente demarcado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Ao estabelecer em seu artigo 5º que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, o documento legal condiciona, em tese, a igualdade de tratamento para todos os indivíduos. O que evidentemente não é a realidade experimentada pelos cidadãos do Brasil.

**Palavras-chave:** Letramento racial; racismo; Lei nº 10.639/2003; democracia.

## **A INFLUÊNCIA DAS FALSAS MEMÓRIAS NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DA PROVA DE RECONHECIMENTO PESSOAL**

Nome dos autores: Carolina Haas Ongaratto

Nome dos apresentadores: Carolina Haas Ongaratto Instituição dos autores: Univates

Orientador(a): Prof. Ma. Giovana Beatriz Schossler

**Resumo:** Com o avanço tecnológico e a possibilidade de realizar exames envolvendo amostras genéticas, casos de pessoas inocentes que foram erroneamente condenadas ganham notoriedade na mídia. Diante de tal situação, surge o questionamento: quais foram os fatores que levaram até a acusação de tal inocente? Tal pergunta levanta curiosidade acerca das influências que podem exercer papel importante na hora da realização de uma investigação criminal ou do proferimento de uma sentença. Dentre diversas possibilidades a serem estudadas, uma destaca-se: as falsas memórias. O Processo Penal brasileiro, assim como todas as matérias do Direito, é regulado por princípios, os quais têm a função de limitar o poder Estatal e padronizar o procedimento de julgamento sobre um delito e, conseqüentemente, um autor. Dentre tais princípios, destaca-se a presunção de inocência, o qual estipula que ninguém deve ser considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença condenatória. Da mesma forma, a obtenção e produção das provas a serem utilizadas para fundamentar a futura decisão do magistrado julgador também são limitadas através de princípios. A prova de reconhecimento pessoal encontra previsão legal no artigo 226 do Código de Processo Penal, onde há instruções a serem seguidas pelo agente legal, seja delegado de polícia ou juiz, que for produzir tal prova. Por tempo, as orientações do artigo foram levadas como mera recomendação, o que foi

alterado por julgamento do Superior Tribunal de Justiça, passando a serem obrigações para realização de uma prova confiável. O reconhecimento pessoal realizado através de fotografias, apesar de não constar no referido artigo ou na legislação de forma expressa, vem sendo utilizado e aceito pelo judiciário brasileiro, quando amparado por demais evidências. A não obediência ao procedimento descrito no artigo 226 do Código de Processo Penal possui influência para que aconteçam os falsos reconhecimentos. Além disso, por ser uma prova fundamentada na memória da vítima ou testemunha do crime, ela se torna frágil. O fenômeno das falsas memórias vem sendo estudado há anos e consiste em uma alteração na memória humana, que ocorre por circunstâncias internas ou externas do sujeito. O lapso temporal entre o fato e a condução do reconhecimento pessoal é fator determinante para a formação das memórias falsas, pois permite que o futuro reconhecedor tenha contato com demais visões do fato e do sensacionalismo da mídia quando abordados delitos. Tais falsas recordações atuam diretamente na percepção do reconhecedor. Diante do exposto, o presente trabalho, através de uma pesquisa qualitativa, tem como objetivos explicar os principais princípios que regem o Processo Penal brasileiro e a produção de provas, relacionando as falsas memórias com o uso da prova de reconhecimento pessoal, apontando as consequências de tal situação, inclusive verificando como o uso inadequado da prova ultrapassa alguns destes princípios processuais.

**Palavras-chave:** Processo Penal. Prova. Prova de reconhecimento pessoal. Memória. Falsas Memórias.

## **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E GOVERNANÇA EM ARROIO DO MEIO: LIÇÕES A PARTIR DAS ENCHENTES DE 2023 E DE 2024**

Nome dos autores: Leila Viviane Scherer Hammes

Nome dos apresentadores: Leila Viviane Scherer Hammes

Instituição dos autores: Univates

Orientador(a): Luciana Turatti

**Resumo:** O município de Arroio do Meio, localizado no Vale do Taquari, no Estado do Rio Grande do Sul, assim como demais municípios próximos, foi severamente atingido por enchentes nos anos de 2023 e de 2024. Em apenas oito meses foram três enchentes históricas. Nestas ocasiões, diferentemente de outras cheias, a rápida elevação do nível das águas e a sua força fez com que centenas de famílias tivessem que ser resgatadas. O saldo foi de muita destruição nos espaços atingidos, inúmeras casas e estabelecimentos comerciais e industriais afetados e danificados de forma parcial ou integral e ainda um significativo número de pessoas feridas, desaparecidas e de mortes registradas. Considerando os diferentes vieses destes episódios, o presente estudo tem como objetivo identificar quais lições se pode extrair das enchentes de 2023 e de 2024 para promover o desenvolvimento sustentável e aprimorar a governança em Arroio do Meio. Para tanto, o problema consiste especificamente no seguinte questionamento: quais lições se pode extrair das enchentes de 2023 e de 2024 para promover o desenvolvimento sustentável e aprimorar a governança em Arroio do Meio? A metodologia que conduzirá a realização deste trabalho é a indutiva, partindo de algo particular para uma questão mais ampla, e os métodos serão o quantitativo e o qualitativo, pois serão utilizados dados para ilustrar a realidade, que contribuirão para a análise, descrição e interpretação do fenômeno. Aponta-se que foram coletados dados e realizadas entrevistas com representantes da Administração Pública



Municipal de Arroio do Meio para consolidar este estudo. As enchentes de 2023 e de 2024 em Arroio do Meio representam um momento ímpar para repensar o desenvolvimento local e aprimorar a governança. As lições aprendidas com este desastre podem ser utilizadas para construir um futuro mais resiliente, sustentável e inclusivo. Assim como, a participação ativa da comunidade, a cooperação entre diferentes atores e a implementação de políticas públicas adequadas são elementos essenciais para alcançar este objetivo. Para tanto, podem ser apresentadas como recomendações ao ente público municipal:

- a) a elaboração de um Plano de Ação Municipal para o desenvolvimento sustentável e a gestão de riscos de desastres;
- b) a realização de estudos e pesquisas para aprofundar o conhecimento sobre os impactos das mudanças climáticas na região e as estratégias mais apropriadas para mitigar seus efeitos;
- c) a capacitação da comunidade para a participação na governança e na gestão de riscos de desastres.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Sustentável; enchentes; governança.

## **PROBLEMÁTICA NA FISCALIZAÇÃO NA PONTE DE FERRO EM ARROIO DO MEIO**

Nome dos autores: Eduarda Hentges , Raiane Pedó

Nome dos apresentadores: Eduarda Hentges , Raiane Pedó

Instituição dos autores: Univates

Orientador(a): Maurício Zanotelli

**Resumo:** Durante o ano de 2024, após as catástrofes naturais que assolaram o Rio Grande do Sul, foi dada atenção ao município de Arroio do Meio que pertence ao Vale do Taquari. Devido às grandes cheias que ocorreram, todos os tipos de perda e danos afetaram o município , um notável problema é a Ponte de Ferro que foi reconstruída após ser levada pelas águas, e por assim o objetivo com este trabalho será a fiscalização com palavras neste local . A nova Ponte de Ferro, mais conhecida como Ponte da Reconstrução feita pelo empresário Roberto Lucchese, foi o que “favoreceu” os cidadãos das cidades de Arroio do Meio e Lajeado. O empresário teve um custo de 1,5 milhões de reais para fazer o projeto, mas a obrigação de arrumar a fiscalização e acessos era então da prefeitura de cada cidade. Então um grande problema encontrado pelos moradores de ambas as cidades seria a passagem proibida de veículos grandes, principalmente no lado de Arroio do Meio, onde não há placas que avisam ser proibido caminhões . A passagem só permite veículos de 2,60 de largura, 3,00 de altura e de até 3,5t. Muitos relatos de caminhões que trancaram na ponte. Por incrível que pareça, passaram pelas “goleiras” do lado de Arroio do Meio e trancaram em Lajeado. Goleiras que deveriam ser do mesmo tamanho, moradores e cidadãos que por ali transcorrem relatam que não são de tamanhos condizentes. Houve um caminhoneiro que teve os pneus de seu caminhão murchos para conseguir atravessar. Então como fazer com que caminhões e

veículos que não se encaixam nas medidas da ponte parem de passar por ela ?Utilizando o método dedutivo, os residentes de Arroio do Meio foram consultados para identificar a necessidade de uma placa de sinalização que proibisse explicitamente a passagem de caminhões na ponte ou especificasse as dimensões das goleiras. Seguindo o Art. 72 do Capítulo V do código de trânsito, foi formalizada pelas autoras do texto Eduarda e Raiane uma solicitação à Prefeitura de Arroio do Meio para a implementação da sinalização adequada. Após solicitação formal, a Prefeitura instalou placas que proíbem a passagem de caminhões na Ponte de Ferro reconstruída. Embora tenha havido uma melhoria na fiscalização e na sinalização, ainda persistem tentativas de caminhões em utilizar a ponte inadequadamente. Espera-se que, com maior conscientização e empatia, esses problemas sejam reduzidos e o tráfego na ponte possa fluir de forma mais segura e eficiente.

**Palavras-chave:** Catástrofe; Fiscalização; Prefeitura; Ponte; Placa.

## CONSTITUCIONALIDADE DOS LOTEAMENTOS PARTICULARES

Nome dos autores: Kévin Sgarbozza do Nascimento

Nome dos apresentadores: Kévin Sgarbozza do Nascimento

Instituição dos autores: Univates

Orientador(a): Maurício Zanotelli

**Resumo:** O presente trabalho versa sobre a legitimidade dos chamados loteamentos particulares ante o princípio da isonomia expresso na Constituição de 1988. A Lei Federal nº 6.766/70 trata dos cenários de parcelamento do solo urbano em loteamentos ou desmembramentos. O artigo §8º do mesmo código, que institui o loteamento com controle de acesso, traz como condição o não impedimento de pedestres ou condutores de veículos desde que devidamente identificados. Porém, essa identificação pessoal citada na referida lei carece de concretização em muitos loteamentos particulares considerados de pequeno porte ou sem uma associação de moradores efetiva que cumpre o previsto em lei. Além disso, após formalizado o loteamento, vias públicas e áreas verdes são transferidas à municipalidade, passando a serem bens públicos. Cabe mencionar que aos Estados e Municípios outorgou-se o direito de legislar sobre a matéria em comento, desde que atendidos os requisitos da lei. Porém, o que percebe-se é um entendimento deturpado da lei no sentido de favorecer bairros reservados para pessoas de classe média e alta que podem pagar por uma infraestrutura e segurança não atendidos pelo governo local. Ainda, essa dinâmica gerou uma ruptura com um dos princípios constitucionais mais básicos, qual seja o princípio fundamental da isonomia, em que privilegia de forma arbitrária determinado conjunto de pessoas e retira o direito de usufruir deste mesmo local público ao restante da população. O princípio da isonomia estabelece um tratamento igualitário a todas as pessoas perante a lei, garantindo tratamento justo e sem

discriminação. Ademais, tratando-se de um princípio constitucional expresso na Constituição Federal, deveria haver mais rigor e seriedade em detrimento de outras normas infraconstitucionais, uma vez que este ocupa posição superior hierarquicamente nas leis brasileiras. A metodologia da presente pesquisa, dar-se-á por meio da abordagem dedutiva e pesquisas jurisprudenciais. Diante do exposto, conclui-se que continuar permitindo que loteamentos residenciais possam restringir o acesso do público em geral está claramente denegrindo o disposto na Carta Magna deste país e aos objetivos sociais que busca alcançar em se tornando uma sociedade mais igualitária e socialmente responsável. Por fim, a revogação de autorização para que outros entes federativos possam legislar sobre a matéria se faz necessária, voltando a competência em âmbito federal com maior controle e requisitos para que somente seja devidamente justificada sua necessidade. Outrossim, para aqueles já existentes deverá ser procedida verificação para anuência de sua continuidade.

**Palavras-chave:** Princípio da isonomia; Loteamentos particulares; Direito Constitucional; Tratamento igualitário; Competência federal.

## **DIREITOS HUMANOS NO MEIO ESCOLAR E A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA**

Nome dos autores: Diulia de Souza Florêncio, Felipe Henicka, João Antonio B. Mascia, João Pedro Gottens, Lauren Vitória Cardoso, Luane Mota, Vinicius Maricati e Wesley Lucas Cardoso.

Nome dos apresentadores: Diulia de Souza Florêncio, João Antonio B. Mascia, Luane Mota.

Instituição dos autores: Universidade do Vale do Taquari - Univates

Orientador(a): Alice Krämer Iorra Schmidt

**Resumo:** Não é fato isolado a situação de calamidade que vivencia o Vale do Taquari. De acordo com os registros da Prefeitura de Lajeado, se tem datas de situações semelhantes registradas a partir do ano de 1940. No dia 02 de maio de 2024, foi registrado o marco de mais de 30 metros de altura acima do nível do rio Taquari, este foi mais um capítulo na recente série de catástrofes que ocorreram no Estado do Rio Grande do Sul, tendo um de seus ápices no Vale do Taquari. A sociedade cresceu de forma desenfreada, sem planejamento e estrutura básica, resultando no que poderíamos chamar de “anarquia populacional”. As políticas públicas que abrangem principalmente o meio ambiente podem estabelecer diretrizes nacionais pensando na arrecadação de recursos para tais objetivos. Ainda que desastres naturais não sejam totalmente evitáveis, o objetivo do estado deve ser minimizar os seus efeitos. Nesse viés, busca-se no âmbito das políticas públicas, quais são as políticas a serem observadas e seus efeitos diretos no auxílio da reconstrução, conscientização e prevenção às situações de calamidade. A recente tragédia levantou uma série de questionamentos acerca destas políticas públicas de prevenção e de recuperação nas áreas afetadas. Buscando

achar respostas para essas indagações e, ainda, auxiliar os cidadãos os informando de possíveis medidas imediatas a serem tomadas, como prevenção para possíveis novas catástrofes, identificou-se meios emergenciais de evacuação rápida e de fácil acesso. Nesse sentido, visando a necessidade de avaliar as condições sociais do Vale do Taquari de forma ampla, o grupo visitou a Escola de Ensino Fundamental Alfredo Lopes da Silva e a Sociedade Lajeadense de Atendimento à Criança e ao Adolescente (SLAN), ambas atingidas fortemente pelas recentes chuvas na cidade de Lajeado/RS. Na oportunidade, com relação a SLAN, realizou-se rodas de conversas com os estudantes e formulados protótipos de kit-enchente para auxiliá-los na prevenção de novas situações de risco, além de registrar os estragos causados nas redondezas das instituições de ensino. Também foi realizada doação de livros à SLAN, no intuito de apoiá-los na restauração de seu acervo literário. O grupo constatou que os meios à disposição do estado, associado a atividades, tanto do âmbito estatal quanto do âmbito privado, são viáveis e de grande importância na reconstrução da região, uma vez que possuem objetivos congruentes e suplementares visando a renovação e esperança de dias melhores do Vale.

**Palavras-chave:** Calamidade; Enchente; Políticas Públicas; Constituição Federal.

## **RESILIÊNCIA EDUCATIVA: RESTAURAÇÃO DA QUALIDADE EDUCACIONAL NA ESCOLA EMEF GENNY DE SOUZA DA SILVA PÓS-ENCHENTE**

Nome dos autores: Andriel Castro e Silva, Francieli Rodrigues Cristo, Isafas Dias da Silva, Jeice Magali Antunes da Silva, Katieli Amanda de Souza, Lucas da Cruz de Jesus, Maria Helena Fontana, Renata Capitani Althaus

Nome dos apresentadores: Francieli Rodrigues Cristo, Estevão Frederico Tirp  
Instituição dos autores: Universidade do Vale do Taquari - Univates

Orientador(a): Alice Krämer Iorra Schmidt

**Resumo:** O Estado do Rio Grande do Sul recordará maio de 2024 como o período em que se registrou a maior catástrofe natural de sua história. O evento adverso impactou severamente a Escola Municipal de Ensino Fundamental Genny de Souza da Silva, situada em um bairro de vulnerabilidade socioeconômica no município de Bom Retiro do Sul. Durante visita à referida instituição, constatou-se uma vasta destruição, demandando esforço significativo de resiliência educativa para a restauração da qualidade educacional. A escola perdeu diversos recursos educacionais, incluindo livros, materiais didáticos e os registros do Conselho de Pais e Mestres (CPM). Um novo livro de atas, iniciado poucos dias antes da inundação foi preservado, pois estava na residência da diretora. No entanto, para realizar o registro da ata preservada junto ao Cartório de Pessoas Jurídicas, é imprescindível a apresentação do livro anterior, conforme estabelece o princípio da continuidade registral, cuja versão foi perdida. A ausência desse registro pode acarretar graves consequências, como o bloqueio das contas bancárias da escola, a inaptidão para participar de concorrências, licitações e concursos, além da falta de representação legal. Diante



deste contexto, constatou-se a urgente necessidade de restauração da qualidade educacional. Discutiu-se a viabilidade de assegurar o acesso à educação de qualidade na referida instituição, por meios de ações voltadas à recuperação imediata e a longo prazo, tanto no que tange à qualidade de ensino quanto às questões jurídicas. Nesta perspectiva, o presente estudo teve como objetivo a reestruturação da biblioteca devastada pela inundação, buscando através da arrecadação de livros, restaurar o espírito de aprendizado e pertencimento dos estudantes e profissionais, além da promoção de um ambiente de resiliência, solidariedade e crescimento pessoal entre os mesmos. Buscou-se transformar essa adversidade em uma oportunidade para fortalecer os laços escolares, incentivando os alunos a explorar o mundo do conhecimento de forma renovada e inspiradora. Portanto, este estudo visou restaurar a qualidade educacional da escola por meio de uma campanha de arrecadação de livros infantis e apoio à diretoria na resolução da impugnação junto ao Cartório de Pessoas Jurídicas. Embasado juridicamente, possibilitou a lavratura de uma ata de convalidação perante a assembleia, ratificando que não houve alterações nos membros do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal desde a última ata registrada em 09 de novembro de 2021. A pesquisa bibliográfica abordou a Constituição Federal do Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Consolidação Notarial e Registral, além de artigos científicos. A campanha alcançou êxito ao receber significativas doações de livros infantis da comunidade e da Editora Dialogar, enriquecendo o acervo da biblioteca escolar. Além disso, a obtenção da averbação da ata de diretoria do CPM, foi um marco crucial para a legalização das atividades da escola.

**Palavras-chave:** Qualidade Educacional; Pós-Enchente; Acesso à Educação; Resiliência;

## O CDC APLICADO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E DE CALAMIDADE PÚBLICA

Nome dos autores: Carolina Ongaratto, Jordana Bandeira, Jovana Luísa Horst, Milena Mallmann Wilsmann e Rafael Fontoura

Nome dos apresentadores: Carolina Ongaratto e Rafael Fontoura  
Instituição dos autores: Universidade do Vale do Taquari - Univates  
Orientador(a): Renato Luiz Hilgert

**Resumo:** O Código de Defesa do Consumidor (CDC) fundamenta a proteção das relações de consumo, entretanto, no contexto do “estado de calamidade pública” que instaurou-se com o advento das enchentes que assolaram o Vale do Taquari e o estado do Rio Grande do Sul como um todo em abril e maio de 2024, baixados os níveis dos rios, as águas deixaram uma infinidade de dúvidas a respeito de como deve-se proceder com as adversidades geradas, sob a tutela consumerista. Especificamente no CDC, em seu rol de artigos, não existe a utilização dos termos “estado de calamidade pública” ou “situação de emergência”. O artigo 6º, X, do CDC, garante que é um direito básico do consumidor “a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.” Eventos assim são considerados como fatores excludentes de responsabilidade por força maior, contudo, no direito consumerista, deve-se levar em conta o princípio da boa-fé e da manutenção dos contratos, mormente aqueles que regulam a prestação de serviços. Cabe salientar que inúmeros decretos e leis municipais brotaram durante situações de calamidade pública no RS, como por exemplo, a pandemia de COVID-19. Existem lacunas em nossa legislação que devem ser supridas e a elevação dos preços que ocorreu durante a pandemia ilustrou tal necessidade. Diante de catástrofes naturais, os produtos essenciais, alimentos, produtos de limpeza, entre outros, passam por uma majoração de preços descontrolada. Ou seja, não há um devido aparato legal no CDC e demais

legislações, que instrua a população atingida quanto a informações necessárias de como agir e a quais direitos recorrer em momentos como este de 2024. Nesse sentido, o presente trabalho busca esclarecer algumas dessas dúvidas de maneira que realize-se uma contribuição partindo do meio acadêmico ao meio social. Assim, elaboramos um folder de orientação com as principais informações ao consumidor e a sociedade civil em geral, para lidar com situações em calamidade pública. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada por meio de matérias jornalísticas, comunicados governamentais e a análise do CDC e demais legislações, produzida na disciplina “Escritório do Consumidor”, neste curso de Direito. Elaboramos um texto de introdução à cartilha, com a análise de tais documentos e entendemos evidente que a sociedade tem os aparatos juridicamente necessários para tratar os eventos de calamidade pública como os que ocorreram no RS. Todavia, é necessário que existam políticas públicas permanentes e sólidas que viabilizem o acesso a esse conhecimento e conscientizem os cidadãos a respeito dos processos para auferir os benefícios e direitos disponíveis como efetivos direitos básicos de consumo. Destarte, relatamos que o folder informativo contempla as informações mais relevantes e necessárias, bem como sugestões e recomendações a serem tomadas, de forma que sirva como guia ao cidadão para resolução das problemáticas derivantes dos eventos supracitados e também para prevenção dessas ocorrências.

**Palavras-chave:** Direito do Consumidor; Código de Defesa; Calamidade Pública; Catástrofe climática no RS; Acesso à Informação.

#### **REFERÊNCIAS**

Código de Defesa do Consumidor. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8078compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm). Acesso em: 26 jun. 2024.

**JUSTIÇA RESTAURATIVA NA INSTITUIÇÃO DE  
ACOLHIMENTO Pousada DA CRIANÇA EM ESTRELA/RS:  
AS DIFICULDADES ENFRENTADAS EM RAZÃO DO  
RESULTADO DAS ENCHENTES DE MAIO DE 2024**

Nome dos autores: Ana Júlia Spellmeier; Ariene Gabriela Tirp;  
Brenda Tente da Silva;

Caio José Azevedo Martins; Clara Beatriz Prestes da Rosa;  
Diana Patrícia Fensterseifer Xavier; Rodrigo de Oliveira; Samira  
Diesel Menchaca

Nome dos apresentadores: Diana Patrícia Fensterseifer Xavier

Instituição dos autores: Universidade do Vale do Taquari -  
Univates

Orientador(a): Alice Kramer Iorra Schmidt

**Resumo:** Os direitos das crianças e adolescentes, amparados pela Constituição Federal de 1988, no capítulo VII, intitulado “Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso”, fixam garantias que devem ser asseguradas pela família, sociedade e Estado para com as crianças e adolescentes, tais como o direito à vida, educação, lazer, dignidade, respeito, cultura, entre outros. Nesse sentido, dispôs-se sobre os meios de proteção integral aos jovens, criando, para tanto, políticas públicas. As políticas públicas voltadas à proteção de crianças e adolescentes, criadas após as disposições constitucionais e infraconstitucionais (ECA), visam não somente uma proteção integral após possíveis violações aos direitos e garantias do público-alvo, como também a criação de mecanismos capazes de impedir que alguma violação ocorra. Opera-se, neste artigo, como estão sendo aplicadas as políticas públicas voltadas à medida protetiva de crianças e adolescentes acolhidos na Pousada da Criança, instituição localizada na cidade de Estrela/RS, atingida pelas cheias do Rio Taquari em maio de 2024? A partir deste pressuposto, o presente trabalho tem como

objetivo analisar, dentro de um âmbito acolhedor, a situação das crianças e adolescentes acolhidos na Pousada da Criança, localizada no Município de Estrela/RS, atingida pelas fortes chuvas de maio de 2024. Como objetivos específicos, buscou-se: a) verificar a extensão dos danos experimentados pela instituição e seus acolhidos, as principais dificuldades e as necessidades relacionadas ao lazer; b) averiguar a manutenção dos direitos relacionados ao lazer, previsto pelo ordenamento jurídico brasileiro; c) trazer soluções consensuais e pontuais às necessidades observadas, e realizar arrecadações que a instituição necessita com o auxílio das comunidades próximas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, tendo em vista que foram explorados aspectos comportamentais, os quais não permitem quantificação numérica. O método de abordagem da pesquisa é o indutivo, que permitiu uma observação individualizada para então se desenvolver uma conclusão geral, ou seja partiu do particular para uma generalização a fim de chegar a conclusões específicas. Acerca dos instrumentos técnicos, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, documental, pesquisa de campo e análise, com base no método do arco de Maguerez. Além disso, foram adotadas observações diretas, entrevistas informais com funcionários da instituição de acolhimento e, ainda, registros fotográficos das atividades desenvolvidas. A partir dos dados colhidos, verificou-se que a Instituição sofreu diversos danos estruturais, além da perda de diversos bens necessários à manutenção dos direitos das crianças e adolescentes assegurados pelo nosso ordenamento. Logo, o presente projeto visa, além de indicar o parâmetro da situação da instituição e dos protegidos, desenvolver e demonstrar as atividades realizadas pelo grupo para sanar as dificuldades observadas na Pousada da Criança na Municipalidade de Estrela/RS.

**Palavras-chave:** Estatuto da Criança e Adolescente; Calamidade Pública; Instituição de Acolhimento; Direitos; Garantias.

**RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS E COMBATE AO  
SUPERENDIVIDAMENTO MERCADISTA:REVITALIZANDO  
PEQUENOS NEGÓCIOS E ESTIMULANDO A  
ECONOMIA LOCAL EM ARROIO DO MEIO APÓS AS  
ENCHENTES DE ABRIL DE 2024**

Nome dos autores: Bruno Conci Bagestam, Cristian Diego Stumpf, Deise Chiamulera, Eduarda Hentges, Kamilly Santin, Laura Zanúz Facchini, Larissa Huppes Conci, Natália Dias Dorneles

Nome dos apresentadores: Bruno Conci Bagestam, Cristian Diego Stumpf, Deise

Chiamulera, Eduarda Hentges, Kamilly Santin, Laura Zanúz Facchini, Larissa Huppes Conci, Natália Dias Dorneles

Instituição dos autores: Universidade do Vale do Taquari - Univates

Orientador(a): Alice Krämer Iorra Schmidt

**Resumo:** Durante o ano de 2024, com as catástrofes naturais que assolaram o Rio Grande do Sul, a atenção dos brasileiros voltou-se à região do Vale do Taquari. Devido às grandes enchentes que ocorreram nas cidades gaúchas, todos os tipos de danos e perdas notáveis afetaram diretamente o município de Arroio do Meio, com foco voltado aos significantes enfrentamentos por endividamento e renegociação para proprietários de mercados e minimercados. Estas enchentes trouxeram a vulnerabilidade das infraestruturas locais e necessidade urgente de soluções robustas para evitar colapsos futuros. Dessa forma, as possíveis soluções apresentadas neste trabalho acadêmico podem trazer um alívio significativo e um melhor compartilhamento para vários setores mercadistas de diferentes municípios, visto que a malha viária, perda de produtos e oferta e demanda foram muito atingidos, pois muitas cidades foram fortemente afetadas pela catástrofe, trazendo

sérios prejuízos à economia local. Além das dificuldades imediatas, como a interrupção de serviços de transporte e comunicação, os mercadistas enfrentaram desafios a longo prazo, incluindo a reconstrução de estoques. Foram realizadas entrevistas com os proprietários dos mercados do município, realizando questionamentos acerca das perdas financeiras diretas decorrentes das cheias, bem como das perdas indiretas ocasionadas pelos problemas resultantes da inundação, como a falta de energia elétrica. Após a formulação dessas indagações, foi possível delinear um cenário para compreender as causas que concentraram os maiores prejuízos financeiros, permitindo, assim, o desenvolvimento de estratégias para auxiliar os mercadistas do município. Portanto, o estudo proposto tem o objetivo de compreender os créditos, tributos, políticas públicas e implementações de leis que possam amenizar e facilitar o comércio mercadista. A pesquisa pôs em prática uma abordagem qualitativa com a participação do professor Guilherme Sangalli Sandri (Direito Tributário) e pela professora Eliane Fontana (Políticas Públicas), assim como dos proprietários dos mercados e minimercados, situados no município de Arroio do Meio. Logo, tem-se como norteador políticas públicas que possam garantir a mínima reestruturação das empresas alimentícias da região afetada e o levantamento de debates auxiliares em questões relativas ao superendividamento mercadista, somente por meio de um estudo detalhado é possível garantir a segurança dos empresários impactados pelas enchentes históricas no estado

**Palavras-chave:** Catástrofes Naturais; Economia Local; Renegociação de Dívidas; Mercadistas; Políticas Públicas;

## **ENSINO ÀS CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS APÓS A ENCHENTE: UM NOVO OLHAR PARA A EDUCAÇÃO PEDAGÓGICA**

Nome dos autores: Aline Kempfer, Bianca Gralick Rebelatto, Eduardo Gabriel Costa, Évelyn Ferreira Oliveira, Luíza Purper Spohr, Michele Jenara Bergmeier, Renata Bortolini, Vitória Werkhausen Martins.

Nome dos apresentadores: Évelyn Ferreira Oliveira, Vitória Werkhausen Martins  
Instituição dos autores: Universidade do Vale do Taquari - Univates

Orientador(a): Alice Kramer Iorra Schmidt

**Resumo:** A cidade de Lajeado foi diretamente atingida pela cheia do Rio Taquari entre os meses de abril e maio de 2024. Com isso, além de diversas residências e estabelecimentos, muitas instituições de ensino também foram fortemente afetadas, como é o caso da EMEF Alfredo Lopes da Silva. Devido à escola não possuir mais condições de receber os alunos, estes enfrentaram diversos desafios, principalmente no que tange a realocação e perda de materiais. Neste âmbito, as crianças com necessidades especiais merecem ainda mais destaque, uma vez que a aprendizagem destas exige um cuidado especial, com o uso de materiais específicos, como os jogos pedagógicos, para garantir que possam aprender e se desenvolver normalmente. A presente pesquisa, analisou o caso de uma professora e psicopedagoga da EMEF Alfredo Lopes da Silva, que perdeu seus materiais de trabalho, os quais eram utilizados com as crianças com necessidades educacionais especiais. Assim, este estudo se propôs a identificar as vulnerabilidades mais latentes na instituição e, a partir disso, realizar uma campanha de arrecadação dos instrumentos, para que a professora pudesse retomar seu trabalho, garantindo o direito fundamental de crianças com



necessidades especiais ao acesso ao ensino básico, considerando a precariedade deste após as enchentes. Ademais, buscou-se elucidar possíveis ações do poder público para garantir às crianças afetadas pela enchente o ensino fundamental básico, tendo em vista que muitas escolas foram completa ou parcialmente destruídas. A pesquisa de natureza teórica foi realizada com base na metodologia do Arco de Maguerez, conhecido por especificar passos a seguir, durante o processo de aprendizagem e conhecimento. O mesmo é formado pelas seguintes etapas: realidade, observação da realidade (problemas), pontos-chave, teorização, hipóteses de solução e aplicação à realidade (prática), juntamente com uma pesquisa qualitativa. O estudo nos mostra que todos os momentos são marcos importantíssimos na vida das crianças, cada uma com suas individualidades. Por isso, é de grande importância estimulá-las com a utilização de brinquedos educativos, onde poderão desenvolver sua coordenação motora, uso da força e equilíbrio, juntamente com o ganho cognitivo, também podendo desenvolver o raciocínio, atenção, expressão, pensamento crítico e a memória. Dessa forma, conseguimos arrecadar uma expressiva quantidade de jogos pedagógicos e materiais didáticos, para que assim, seja feita a doação para a escola em comento.

**Palavras-chave:** Educação; Crianças com necessidades especiais; Enchente; Jogos pedagógicos; Direitos;

## **DESAFIOS PARA A RECUPERAÇÃO DA ACADEMIA DE JIU-JÍTSU HAUBERT TEAM AFETADA PELA ENCHENTE DE MAIO DE 2024 NO VALE DO TAQUARI**

Nome dos autores: Gabrieli Sulzbach de Freitas, Ioly Gabrieli Petry Ferrari, Joice Oliveira Pacheco, Maitê Taborda, Rubia Vogel

Nome dos apresentadores: Gabrieli Sulzbach de Freitas, Ioly Gabrieli Petry Ferrari, Joice Oliveira Pacheco, Maitê Taborda, Rubia Vogel

Instituição dos autores: Universidade do Vale do Taquari Univates

Orientador(a): Alice Krämer Iorra Schmidt

**Resumo:** A enchente histórica que atingiu o Estado do Rio Grande do Sul em 2024 causou severos danos à academia de Jiu-Jítsu Haubert Team, que fica localizada na cidade de Estrela-RS, bem como a residência dos seus proprietários, inviabilizando que esses pudessem trabalhar e manter sua fonte de renda, e precarizando significativamente as condições de vida da família. Assim, este projeto, que é parte de um atelier extensionista realizado na disciplina Solução Consensual de Conflitos e Psicologia Jurídica do curso de Direito da Universidade do Vale do Taquari - Univates, a partir de uma proposta de Justiça Restaurativa aplicada ao contexto da enchente, destinou-se a auxiliar na recuperação da academia buscando permitir que seus proprietários pudessem voltar a trabalhar e, com isso, recuperar sua fonte de renda e sua dignidade. Para a realização do projeto adotou-se o Arco de Maguerez, uma metodologia de problematização cuja estratégia envolve cinco etapas: a observação da realidade; a identificação de pontos-chave; a teorização; a construção de hipóteses de solução; e a aplicação prática das estratégias elaboradas para resolver os problemas observados. Entre as várias alternativas

adotadas pelo grupo com pedidos de auxílio em dinheiro, doações de materiais ou apoio a campanhas beneficentes em prol da reforma da academia, foram enviados ofícios às federações de Jiu-Jítsu de dentro e de fora do Estado, foi feito contato com dois Deputados Estaduais ligados ao esporte, foram encaminhadas mensagens para fabricantes de kimonos e foram feitos contatos com empresários da região. Em que pese o fato de que a adesão pela comunidade às estratégias elaboradas no projeto tenha ficado aquém das expectativas do grupo, arrecadou-se, até o momento, o valor de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais), já repassado aos proprietários que, além de agradecidos, disseram-se mais fortalecidos e confiantes no recomeço. Além deste resultado prático, de cunho financeiro, a experiência nesta pesquisa demonstrou que a Justiça Restaurativa, enquanto método de solução de conflitos por meio do diálogo e da negociação, possibilita que os conflitos existentes na sociedade possam ser resolvidos a partir de uma construção coletiva. Demonstrou, também, que a participação comunitária na construção de uma política de Justiça Restaurativa incentiva e permite que representantes da comunidade estejam presentes nas práticas restaurativas e possam oferecer suporte às necessidades dos envolvidos, direta ou indiretamente, colaborando para a efetivação dos direitos humanos a partir de um olhar humanizado às necessidades de cada indivíduo, neste caso, os proprietários da academia que perderam tudo na última enchente.

**Palavras-chave:** Justiça Restaurativa; Enchente; Jiu Jitsu; Esporte; Direitos Humanos

## **EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**

Nome dos autores: Alice Krämer Iorra Schmidt, Garine Andréa Keller, Márcia Solange Volkmer, Thomás Schneider Pretto

Nome dos apresentadores: Thomás Schneider Pretto

Instituição dos autores: Universidade do Vale do Taquari - Univates

Orientador(a): Alice Krämer Iorra Schmidt

**Resumo:** O projeto de extensão Educação em Direitos Humanos no Contexto Escolar, realizado pela Universidade do Vale do Taquari - Univates, busca estabelecer um diálogo entre a academia e a comunidade escolar a partir de diversas atividades realizadas em parceria com as escolas da região. Abordando temáticas que envolvem as diferentes realidades das crianças e jovens, o projeto tem como foco principal a educação em Direitos Humanos para os estudantes da Educação Básica. As atividades promovidas têm como objetivo fundamental despertar e incentivar valores positivos nas crianças e adolescentes para que desenvolvam relações sociais saudáveis e uma cidadania crítica e ativa. Desde o ano de 2019, o projeto de extensão vem promovendo atividades junto à comunidade, observando as demandas das escolas e adaptando-se conforme necessário, sempre tendo os direitos humanos como centro dos trabalhos. Exemplificativamente, já foram realizadas palestras e oficinas de prevenção do bullying, cyberbullying (“Cuidando de mim e do outro na internet”), atividades práticas sobre a temática e atividades vinculadas ao componente curricular de Direitos Humanos, do Curso de Direito, com vivências sobre os direitos humanos, sempre tendo como foco o ambiente escolar e as relações sociais das crianças e jovens. Ao longo de 2024, o projeto vem dando continuidade às parcerias com as escolas da região do Vale do Taquari, tendo realizado atividades com turmas do Colégio Estadual Presidente Castelo Branco, de

Lajeado/RS e do Colégio Martin Luther, de Estrela/RS, que são escolas pública e privada, respectivamente. Junto à escola pública, a temática que se está desenvolvendo nos primeiros encontros diz respeito a lideranças, à compreensão dos direitos humanos no dia-a-dia e à promoção de dinâmicas que façam com que os estudantes interajam com situações práticas e desenvolvam um senso de coletividade. Na escola privada, por sua vez, a partir do diagnóstico realizado junto com a direção do educandário, se está desenvolvendo a temática da prevenção e consequências do bullying, a partir de círculos de paz, conversas e atividades que sensibilizem os estudantes para a temática e, a partir dela, reflitam individualmente e coletivamente sobre seus comportamentos. Acredita-se que a trajetória positiva de ações do projeto durante todos esses anos seja um indicador da importância do papel dos projetos de extensão junto à comunidade escolar, sempre respeitando as demandas desse público e do momento em que vivemos como sociedade.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos; Projeto de Extensão; Educação

**A LEI 12.764/12 E SUA APLICAÇÃO NAS ESCOLAS  
MUNICIPAIS DE LAJEADO/RS: UM ESTUDO SOBRE A  
PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM  
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TEA**

Nome dos autores: Érica Cecília Noronha

Instituição dos autores: Universidade do Vale do Taquari -  
Univates

Orientador(a): Leila Viviane Scherer Hammes

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo a discussão a respeito da eficiência da Lei 12.764/12 e abordar a sua aplicação nas Escolas Municipais de Lajeado/RS. O presente artigo visa a analisar a Lei 12.764/12, que trata da Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental de Lajeado, no Estado do Rio Grande do Sul, à luz do princípio da igualdade previsto na Constituição Federal do Brasil, bem como investigar a implementação e impacto das leis de inclusão voltadas para as pessoas com TEA nas Escolas Municipais de ensino fundamental da cidade de Lajeado/RS. Portanto, questiona-se quais (e como foram implementadas) as Políticas Públicas constituídas a partir da Lei 12.764/12, que dispõe sobre a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista, nas escolas municipais de ensino fundamental de Lajeado/RS, desde sua entrada em vigor? Acredita-se que após a entrada em vigor da Lei 12.764/12, as Escolas Municipais de Lajeado/RS podem ter capacitado professores para atender alunos com TEA e implementado medidas para melhorar a acessibilidade, promovendo um ambiente inclusivo para todos os alunos. O método de abordagem é dedutivo, alinhado ao objetivo geral da pesquisa. Os métodos procedimentais são históricos e comparativos. A pesquisa é de natureza exploratória, utilizando técnica quali-quantitativa, com foco em

pesquisa bibliográfica e documental. Conclui-se que existem políticas públicas de qualidade redigida no ordenamento jurídico brasileiro e que o principal passo para o enfrentamento do preconceito é a educação inclusiva nas escolas brasileiras.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva. Lei 12.764/12. Políticas públicas. Transtorno do Espectro Autista (TEA).

## **AS MULHERES TRABALHADORAS E O TELETRABALHO – ESTUDO DE CASO DE UMA EMPRESA CONTÁBIL EM LAJEADO/RS**

Nome estudante: Karine Lisiane Pereira Flores

Instituição dos autores: Universidade do Vale do Taquari -  
Univates

Orientador(a): Cloceimar Lemes da Silva

**Resumo:** Trata-se de um artigo científico sobre o estudo de caso das empregadas mulheres em teletrabalho em uma empresa contábil de Lajeado/RS tem como objetivo principal compreender e analisar o cenário atual do trabalho remoto, especialmente após a pandemia. O teletrabalho se tornou realidade para muitas empresas, impactando consideravelmente a vida profissional e pessoal dos trabalhadores devido à pandemia, necessitando de análise detalhada da adaptação das mulheres ocupando cargos de empregadas nesse novo formato de trabalho. O estudo visa analisar as perspectivas das trabalhadoras mulheres que trabalham em casa e dividem a rotina de trabalho, doméstica e familiar, fornecendo informações para acadêmicos e empresários. Pode-se concluir que existem inúmeros desafios em conciliar as rotinas do lar e do trabalho no mesmo ambiente, mas muitos aspectos positivos foram relevantes para a escolha desse formato de trabalho.

**Palavras-chave:** Teletrabalho; trabalho em casa; empregadas mulheres.



## **A INFLUÊNCIA DAS FALSAS MEMÓRIAS NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DA PROVA DE RECONHECIMENTO PESSOAL**

Nome estudante: Carolina Haas Ongaratto

Instituição dos autores: Universidade do Vale do Taquari – Univates

Orientador(a): Giovana Beatriz Schossler

**Resumo:** O presente trabalho de conclusão de curso busca entender o fenômeno das falsas memórias e sua influência no Processo Penal brasileiro, mais especificamente na prova de reconhecimento pessoal. Através de pesquisa bibliográfica, analisa-se o conceito e breve histórico dos estudos das falsas memórias, compreendendo de que maneira estas atuam na memória humana, tendo em vista a necessidade de relembrar e descrever momentos e/ou pessoas para retratar, o mais fielmente possível, o momento e/ou culpado do cometimento de um delito. Além disso, analisa-se casos reais de condenação de inocentes a fim de exemplificar a tese defendida. As falsas memórias são complexas, contudo, não podem ser confundidas com mentiras, pois não há a consciência de estar sendo declarado algo não verdadeiro. Tanto fatores externos quanto internos podem alterar a memória humana, inserindo ou excluindo informações importantes e que modificam todo contexto do fato. Conclui-se que há grande influência das falsas memórias na produção da prova de reconhecimento pessoal, de maneira que é necessário o cauteloso procedimento para produção de tal prova, buscando um contexto probatório confiável.

**Palavras-chave:** Processo Penal. Prova. Prova de reconhecimento pessoal. Memória. Falsas Memórias.

## **IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AS NOVAS DIRETRIZES JURÍDICAS: UM ESTUDO SOBRE A LEI 14.230/2021**

Nome dos autores: Ana Claudia Conte

Instituição dos autores: Universidade do Vale do Taquari - Univates

Orientador(a): André Eduardo Schroder Prediger

**Resumo:** O artigo aborda a importância da integridade na administração pública em uma sociedade democrática, destacando a ameaça representada pela improbidade administrativa, que viola princípios éticos e legais. A promulgação da Lei 14.230/2021 é apresentada como um marco significativo no combate à corrupção e à má gestão pública, trazendo alterações substanciais no regime jurídico dos atos de improbidade administrativa. O objetivo da pesquisa é explorar e analisar as implicações da lei sobre a abrangência da improbidade administrativa, fornecendo uma análise crítica das mudanças legislativas e suas repercussões na prática jurídica e na gestão pública. A metodologia adotada para a realização deste estudo foi documental, com a utilização de pesquisa bibliográfica e análise de leis e estudos pertinentes ao tema. A pesquisa foi conduzida de forma qualitativa, buscando interpretar e analisar criticamente as implicações das mudanças legislativas na improbidade administrativa. Conclui-se que a Lei de Improbidade Administrativa tem sido fundamental para garantir a observância dos princípios constitucionais essenciais do direito administrativo ao longo do tempo, a fim de combater a prática de atos de improbidade e comportamentos imorais de agentes públicos e privados em suas interações com o Estado. O estudo evidencia que as recentes alterações legislativas trazem desafios e oportunidades para o aprimoramento da administração pública, destacando a necessidade de uma interpretação criteriosa e uma aplicação eficaz das novas

diretrizes para promover a eficiência e a integridade no setor público brasileiro.

**Palavras-chave:** Improbidade Administrativa; Integridade Pública; Lei 14.230/2021.

## **DESMISTIFICANDO O PERFIL DAS PESSOAS ATINGIDAS PELO SUPERENDIVIDAMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Nome estudante: Monalisa Gottardi Duarte

Instituição dos autores: Universidade do Vale do Taquari -  
Univates

Orientador(a): Marta Luisa Piccinini

**Resumo:** O artigo acadêmico intitulado ‘desmistificando o perfil das pessoas atingidas pelo superendividamento no Estado do Rio Grande do Sul’ apresentado na Universidade do Vale do Taquari – Univates definiu como objetivo geral identificar o perfil (gênero, profissão e renda) das pessoas atingidas pelo superendividamento, a fim de descaracterizar a concepção arraigada de que o perfil dominante do superendividado é a classe de baixa renda. O trabalho foi conduzido por meio da premissa problemática: a partir do estudo jurisprudencial no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e, considerando a Lei nº. 14.181/2021, qual é o perfil (gênero, profissão e renda) das pessoas atingidas pelo superendividamento no período compreendido entre os anos de 2020-2023? Nesse sentido, as jurisprudências compreendidas no período de 2020 a 2023 indicam que um dos perfis das pessoas atingidas pelo superendividamento, necessitando buscar tutela jurisdicional, são funcionários públicos. A base teórica se firmou em revisões bibliográficas, através de leituras especializadas e documentais. A primeira seção abordou a evolução histórica do Direito do Consumidor, retratando sua origem mundial, a nascente constitucional do consumo na Carta de 1988 e o microssistema do direito do consumidor no Brasil. A segunda seção apresentou uma análise transformadora e legislativa do superendividamento e examinou o procedimento de repactuação de dívidas estabelecido na Lei 14.181/2021. A

última seção estudou as motivações causadoras do superendividamento e realizou o estudo jurisprudencial no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de pesquisa exploratória e descritiva, de abordagem quali-quantitativa, desenvolvida pelo método dedutivo.

**Palavras-chave:** Lei nº. 14.181/2021; superendividamento; direito do consumidor.

## **A VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL DO TRABALHO INFANTIL E O POSICIONAMENTO JURISPRUDENCIAL ACERCA DO CÔMPUTO DA ATIVIDADE RURÍCOLA DA CRIANÇA PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS**

Nome estudante: Daniela da Vara

Instituição dos autores: Universidade do Vale do Taquari - Univates

Orientador(a): Juliana Machado Fraga

**Resumo:** Trata-se de monografia confeccionada no Curso de Direito da Universidade do Vale do Taquari. O tema escolhido versa sobre o reconhecimento do trabalho infantil no meio rural para fins previdenciários. A problemática é: segundo os padrões utilizados pela Turma Nacional de Uniformização e pelo Superior Tribunal de Justiça, em contraponto às decisões ainda não uniformes do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, qual a possibilidade de haver a flexibilização da vedação constitucional do trabalho infantil, no cômputo da atividade rurícola da criança para fins previdenciários? O objetivo geral é investigar a possibilidade cômputo da atividade rural da criança para fins previdenciários. Como objetivos específicos, fixou-se: a verificar os dispositivos constitucionais e as leis federais brasileiras que versam sobre a idade mínima para ingresso na vida laboral; examinar brevemente a problemática do trabalho infantil no Brasil e identificar a ação civil pública que trouxe o trabalho infantil novamente para discussão no ramo previdenciário; e por fim analisar qual é o atual posicionamento da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça, bem como do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, acerca da possibilidade de cômputo da atividade rurícola da criança para fins previdenciários. Como hipótese, tem-se que as legislações que vedam o trabalho infantil têm caráter protetivo e não punitivo, portanto devem ser interpretadas à luz da

intenção do legislador e observando as teses fixadas pelos Tribunais Superiores. Apesar das legislações federais que proíbem o trabalho infantil, conclui-se que existem decisões judiciais que autorizam o cômputo da atividade rural da criança para fins previdenciários, como forma de evitar o duplo prejuízo. O método da pesquisa é o hipotético dedutivo, já que partirá de premissas gerais, analisando as legislações federais que proíbem o trabalho infantil, para posteriormente, analisar a legislação previdenciária e também os posicionamentos jurisprudenciais do Superior Tribunal de Justiça, da Turma Nacional de Uniformização e do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Quanto aos instrumentos técnicos, a pesquisa realizar-se-á através de estudos bibliométricos e pesquisa jurisprudencial.

**Palavras-chave:** Trabalho Infantil. Vedação Constitucional. Atividade Rural. Flexibilização. Previdenciário. Tema 219 TNU.

## **CONTRATOS DE PRÉ-PAGAMENTO DE EXPORTAÇÃO: UMA ANÁLISE DE SUAS VANTAGENS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL**

Nome estudante: João Victor Branchier da Silveira

Instituição dos autores: Universidade do Vale do Taquari -  
Univates

Orientador(a): Renato Luiz Hilgert

**Resumo:** Este artigo acadêmico aborda detalhadamente os contratos de pré-pagamento de exportação, sua estrutura, operação, benefícios e desvantagens. Inicialmente, são discutidos os aspectos gerais do comércio internacional, destacando sua importância econômica e a evolução das práticas comerciais globais. Em seguida, a análise concentra-se no direito internacional, abrangendo tanto o direito público quanto o privado, e examinando as normas e convenções que regulam as transações comerciais entre países. A seção seguinte foca nos contratos internacionais de compra e venda e suas aplicações práticas. O artigo também explora o comércio exterior brasileiro e a política de comércio exterior no Brasil, analisando as estratégias governamentais e os desafios enfrentados. Por fim, são examinados em detalhes os contratos de pré-pagamento de exportação e sua importância para as operações de exportação brasileiras, além de suas perspectivas futuras.

**Palavras-chave:** Contratos de pré-pagamento. Comércio internacional. Direito internacional. Incoterms. Comércio exterior brasileiro.



## **O ABORTO PÓS-ESTUPRO NO BRASIL E A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NA PROTEÇÃO E GARANTIA DOS DIREITOS FEMININOS**

Nome estudante: Yasmin Delazzeri

Instituição dos autores: Universidade do Vale do Taquari - Univates

Orientador(a): Sandro Frohlich

**Resumo:** O presente estudo examina o aborto legal no Brasil, focando nos direitos das mulheres vítimas de violência sexual, conceitos teóricos sobre o crime de aborto, exceções à norma penal e dificuldades na realização do aborto legal. Destaca a evolução dos direitos das mulheres e a igualdade na Constituição de 1988, mas reconhece a persistência da desigualdade de gênero. Analisa a proteção jurídica dos direitos fundamentais, como o direito à vida, referindo-se à Constituição Federal e ao Código Civil. O tema do aborto tem regulamentações desde o Código de Hamurabi. No Brasil, a criminalização do aborto iniciou-se com o Código Criminal de 1830, e o Código Penal de 1940 trata o aborto como crime contra a vida, distinguindo entre aborto provocado pela gestante ou por terceiros, com sanções respectivas. Doutrinadores discutem o início da vida e definições de aborto. O artigo 128 do Código Penal brasileiro permite o aborto em três situações: risco à vida da gestante, gravidez resultante de estupro e anacefalia fetal, com base na dignidade humana. O procedimento do aborto legal em casos de estupro deve ser realizado por médico capacitado e com consentimento da gestante. Utilizando uma abordagem interdisciplinar, o estudo destaca a alta incidência de estupros no Brasil e os desafios enfrentados pelas vítimas para acessar serviços de aborto legal, como infraestrutura inadequada, falta de profissionais capacitados e recursos insuficientes, agravados por problemas de saúde física e mental

decorrentes da violência sexual. Conclui-se que, apesar de garantias legais, as mulheres enfrentam dificuldades significativas para acessar o aborto legal.

**Palavras-chave:** Aborto legal; Estupro; Responsabilidade Civil.

## **PESSOAS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NAS UNIVERSIDADES: O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NA UNIVATES**

Nome estudante: Emanuela Carolina Petry Gomes

Instituição dos autores: Universidade do Vale do Taquari -  
Univates

Orientador(a): Sandro Frohlich

**Resumo:** O objetivo deste estudo é identificar os motivos pelos quais pessoas trans e travestis são raramente encontradas no ambiente universitário, focando na Universidade do Vale do Taquari (Univates). Utilizando uma abordagem exploratória e investigativa, o estudo busca elucidar fatos e consequências de um tema atual e controverso. O método envolveu uma análise documental da política interna da Univates, da constituição federal, da carta internacional de direitos humanos e revisão da literatura relevante, bem como análise a entrevistas. Os resultados indicam que a falta de inclusão e o preconceito institucional e social são barreiras significativas para o ingresso e permanência dessas pessoas no ensino superior. A implementação de políticas inclusivas, como a adoção de banheiros sem gênero e o uso de nomes sociais, mostrou-se benéfica, mas ainda insuficiente para superar todos os obstáculos. Conclui-se que, para promover a equidade e a diversidade no ensino superior, é essencial a criação e implementação de políticas mais abrangentes e efetivas, que garantam um ambiente acadêmico acolhedor e seguro para todos os alunos, independentemente de sua identidade de gênero.

**Palavras-chave:** Diversidade; Educação; Transexuais; Universidades.

## **ESTADO LAICO E O PODER DA RELIGIÃO COMO FORMA DE CONTROLE NAS COMUNIDADES PERIFÉRICAS**

Nome estudante: Felipe Albino Schmitz

Instituição dos autores: Universidade do Vale do Taquari - Univates

Orientador(a): Claudio Schubert

**Resumo:** Este trabalho visa compreender a relação entre a religião e o crime e a transgressão de leis no Estado de direito brasileiro, especialmente em comunidades periféricas. Essa relação existe há muitos anos e vem ganhando força nas últimas décadas com o advento das mídias sociais e com a pulverização dos templos (neo)pentecostais. Objetivamente buscar-se-á desenvolver uma linha temporal desde o início da constituição das comunidades até os dias atuais, assimilando, especificamente, a influência religiosa nas atividades do crime organizado e o papel do Estado laico nesta relação. A metodologia utilizada foi um estudo exploratório qualitativo, por meio do método fenomenológico, partindo de estudos de campo realizados por autores de livros e entrevistas com referências nas áreas que dialogam entre si (religião, crime e Estado). Percebeu-se que o Estado possui pouca gerência sobre a vida criminosa nas periferias e o vínculo religioso está limitado pela Constituição Federal diante o Estado laico.

**Palavras-chave:** crime; comunidade; religião; (neo)pentecostalismo; Estado laico.

## **OS IMPACTOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO VALE DO TAQUARI/RS**

Nome estudante: Camila Stolaski

Instituição dos autores: Universidade do Vale do Taquari -  
Univates

Orientador(a): Elenara Porto e Silva Machado

**Resumo:** A Lei nº 13.709/2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), foi sancionada com o objetivo de coibir o vazamento de informação relacionada com os dados pessoais. Desta maneira, o presente artigo tem como objetivo verificar e compreender os principais impactos trazidos pela LGPD para as empresas de Tecnologia da Informação do Vale do Taquari/RS. Desse modo, inicia-se o artigo explicando o histórico da Lei, bem como, o tratamento de dados pessoais, e a finalidade da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Em sequência, descreve-se sobre a LGPD e a Segurança da Informação, assim como, descreve sobre as Normas ISO 27.001 e 27.701. Por fim, apresentam-se os dados obtidos por meio do questionário realizado com empresas de tecnologia da informação do Vale do Taquari/RS, com o objetivo de constatar os principais impactos trazidos pela LGPD neste setor de atividade. Trata-se de pesquisa quali-quantitativa, valendo-se de metodologia dedutiva, bem como de procedimentos técnicos bibliográficos, documentais e levantamento de dados, com a disponibilização de questionário via Google Formulários. Dessa forma, como resultado da análise de dados, observou-se que, todos os questionados conhecem a LGPD e sabem que a ANPD já está aplicando multa, e o impacto preponderante foi referente a dificuldade dessas empresas em capacitar suas equipes. Ainda, a maioria dos participantes percebe que os clientes buscam por soluções

que atendam a LGPD.

**Palavras-chave:** Lei Geral de Proteção de Dados; empresas de tecnologia da informação; segurança da informação.

**RE 714.139/SC E AS IMPLICAÇÕES NA APLICABILIDADE  
DO PRINCÍPIO DA SELETIVIDADE EM FUNÇÃO DA  
ESSENCIALIDADE NO ICMS**

Nome estudante: Taís Wunsch

Instituição dos autores: Universidade do Vale do Taquari -  
Univates

Orientador(a): Guilherme Sangalli Sandri

**Resumo:** O presente artigo analisa a aplicação do princípio da seletividade no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com ênfase no julgamento do Recurso Extraordinário 714.139 do Estado de Santa Catarina pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em virtude disso, em um primeiro momento, será abordado acerca da constituição, evolução e aplicabilidade do ICMS. Seguido, portanto, do instituto do princípio da seletividade, principalmente em função da essencialidade no ICMS. Após, verificar-se-á os entendimentos obtidos e debatidos no julgamento do RE 714.139/SC, no que tange a aplicabilidade da seletividade no ICMS. Para tanto, para a realização da pesquisa, utilizou-se de leituras bibliográficas e jurisprudências com a finalidade de obter maior entendimento sobre o tema e as alterações decorrentes de novas interpretações normativas.

**Palavras-chave:** Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Princípio da Seletividade; Essencialidade; Tributação; Recurso Extraordinário.

## **CRIME DE MAUS TRATOS AOS ANIMAIS: UM ESTUDO DE CASO VOLTADO À ATUAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL NA CIDADE DE ENCANTADO/RS NO PERÍODO DE 2015 A 2023**

Nome estudante: Gabrieli Sanders

Instituição dos autores: Universidade do Vale do Taquari - Univates

Orientador(a): Luciana Turatti

**Resumo:** Nota-se que nos tempos atuais o debate sobre os direitos dos animais tem ganhado cada vez mais atenção, e isto devido ao fato da maneira como os animais eram vistos e tratados em tempos passados estar se modificando. Neste contexto, investigações que abordem o crime de maus tratos aos animais colaboram para identificação dos cenários em que tais práticas ocorrem e também para a compreensão do perfil destes crimes. Considerando tal contexto, o presente artigo busca identificar e analisar o perfil dos crimes ambientais de maus tratos aos animais em um estudo de caso voltado ao município de Encantado, situado no Estado do Rio Grande do Sul, através de uma pesquisa quali-quantitativa. Desta forma, em um primeiro momento, o estudo apresenta uma revisão bibliográfica sobre o direito dos animais, como forma de permitir uma melhor compreensão acerca da evolução deste direito no tempo. Em seguida, realiza uma análise detalhada da legislação referente aos maus tratos aos animais, incluindo a definição legal desses atos e as penalidades aplicáveis, com destaque para a Lei 14.064/2020, que alterou a Lei nº 9.605/98, aumentando as penas para crimes de maus-tratos a animais domésticos. Na sequência, a partir de um estudo de caso, identifica e delinea o perfil dos crimes contra animais ocorridos na cidade de Encantado no período de 2015 a 2023, para ao final apresentar propostas de encaminhamentos e soluções visando a ampliação da proteção dos animais, baseadas nas



análises dos dados coletados e nas práticas observadas durante o período estudado.

**Palavras-chave:** direito ambiental; crime de maus tratos aos animais; aplicação da lei; registros de ocorrência.

**O PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL NAS  
SITUAÇÕES EM QUE A VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA  
É FAMILIAR DEPENDE FINANCEIRAMENTE DO  
AGRESSOR**

Nome estudante: Andrieli Leonhardt Muller

Instituição dos autores: Universidade do Vale do Taquari -  
Univates

Orientador(a): Sandro Frohlich

**Resumo:** O trabalho visa analisar, sob a ótica do feminismo, o papel do Estado e da sociedade civil nas situações de violência doméstica e familiar em que a vítima é financeiramente dependente do agressor. Para isso, foram realizadas pesquisas bibliográficas e análises de dados divulgados por órgãos públicos. Inicia-se com uma contextualização histórica do movimento feminista e da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), prosseguindo com a análise de dados sobre as diferenças de gênero e violência doméstica e familiar, e concluindo com reflexões acerca das políticas públicas que objetivam a independência financeira das mulheres, demonstrando que, apesar de existentes, estas políticas são pouco divulgadas e, muitas vezes, não abrangem todo o país.

**Palavras-chave:** violência doméstica e familiar; Lei Maria da Penha; dependência financeira.

**A (IN)TRANSMISSIBILIDADE DOS BENS DIGITAIS NO  
DIREITO SUCESSÓRIO: REFLEXÕES À LUZ DO  
ANTEPROJETO DE REFORMA DO CÓDIGO CIVIL  
BRASILEIRO**

Nome estudante: Júlia Bucker Muller

Instituição dos autores: Universidade do Vale do Taquari -  
Univates

Orientador(a): Marta Luisa Piccinini

**Resumo:** O presente artigo busca analisar a (in)transmissibilidade de bens digitais no Direito Sucessório, frente a recente possibilidade de haver um instituto da Herança Digital no Brasil. Considerando a tramitação do Anteprojeto do Código Civil no Legislativo, questiona-se: Qual a posição adotada pelo Anteprojeto do Código Civil quanto à (in)transmissibilidade da herança digital, frente ao novo panorama dos bens digitais? Para essa pesquisa, adotou-se a metodologia qualitativa, utilizando-se de recursos bibliográficos. Ademais, empregou-se o método dedutivo para a coleta de dados. Para tanto, foi necessário identificar o conceito histórico do Direito Sucessório, determinar a conceituação dos institutos dos bens digitais e da herança digital e verificar as propostas legislativas relacionadas à transmissibilidade post mortem dos bens digitais. Portanto, verificou-se, após a análise do Anteprojeto, que o Direito Sucessório será adaptado às novas formas de digitalidade dos bens. O Anteprojeto traz disposições sobre a transmissibilidade da herança digital, com ressalvas essenciais que preveem a intransmissibilidade dos bens digitais existenciais.

**Palavras-chave:** direito sucessório; bens digitais; herança digital.

## **A EMBRIAGUEZ COMO JUSTA CAUSA PARA RUPTURA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO A LUZ DOS CONCEITOS CONTEMPORÂNEOS DA SAÚDE**

Nome estudante: Lucas Serafini

Instituição dos autores: Universidade do Vale do Taquari - Univates

Orientador(a): Cloceimar Lemes da Silva

**Resumo:** O presente trabalho tem como tema a despedida de justa causa por embriaguez, a partir de uma análise das concepções de embriaguez habitual e crônica. Com isso, se verifica como estes conceitos vêm progressivamente se confundindo e se identificando com o conceito de doença, ao mesmo tempo que apresentam uma grave divergência no tratamento da matéria perante o Judiciário Trabalhista. Assim, se cria um ambiente de incerteza sobre o tema. Para isso, examina-se a despedida por justa causa de embriaguez, tal como prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, a fim de compor uma análise completa do tema em torno da divergência em julgados, com diferentes perspectivas e interpretações no que tange à justa causa por embriaguez. Tal exame parte da ideia da embriaguez habitual como doença, fugindo do conceito posto na legislação vigente. O modelo de pesquisa enfatiza a análise qualitativa dos fatos estudados. O método para compor a pesquisa foi o dedutivo, valendo-se da busca por legislação e decisões para compor uma visão abrangente sobre o tema. Busca-se, então, uma proposta de mudança legislativa como uma melhor opção para estabelecer perspectivas de comportamentos e eliminar a insegurança jurídica na matéria.

**Palavras-chave:** Ambiente de Trabalho. Embriaguez. Embriaguez no trabalho. Legislação trabalhista.

## **O DIREITO À CULTURA SOB A ÉGIDE DA LEI ROUANET: UM ESTUDO DA APLICABILIDADE DO DISPOSITIVO LEGAL NO VALE DO TAQUARI, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Nome estudante: Ana Julia Porsche

Instituição dos autores: Universidade do Vale do Taquari -  
Univates

Orientador(a): Eliane Fontana

**Resumo:** Trata-se de um trabalho de conclusão de curso cujo objetivo principal é avaliar o funcionamento da Lei Rouanet, Lei nº 8.313 do dia 23 de dezembro de 1991 e sua aplicabilidade prática na região do Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, intentando-se vislumbrar a quantidade de projetos encaminhados pelo Vale do Taquari, bem como as áreas de maior atuação, os fundamentos legais destes projetos e os recursos financeiros envolvidos, tais como valores pretendidos, valores aprovados e valores efetivamente captados para a execução dos projetos culturais, bem como o quanto as pessoas físicas e jurídicas do Vale do Taquari destinam voluntariamente para a execução de projetos culturais por meio da Lei Rouanet. Justifica-se a importância antropológica e social do tema, explicando-se que, ao longo da história da humanidade, culturas dominantes suprimiram expressões culturais de grupos minoritários, o que evidencia a importância de proteger e promover a diversidade cultural. Neste sentido, a Constituição Federal de 1988 desempenha um papel crucial ao finalmente garantir os direitos culturais e estabelecer o apoio estatal à cultura, o que é efetivado por meio da Lei Rouanet. Levanta-se como hipótese que, em termos gerais, a Lei Rouanet cumpre com seus objetivos de fomentar a cultura e proporcionar aos brasileiros seu livre acesso, diferentemente do que ocorreria caso a lei não existisse. No entanto, supõe-se que alguns mecanismos da própria legislação dificultam o acesso a todos

os tipos de cultura. Além disso, imagina-se haver pouca divulgação sobre a possibilidade de contribuição de pessoas físicas a projetos culturais. Neste sentido, busca-se compreender como a Lei Rouanet é aplicada no Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul e quais são as respostas para as hipóteses sugeridas. A partir da análise da legislação e dos dados do citado território, verifica-se que o dispositivo constitui um interessante mecanismo que incentiva a iniciativa privada a investir em cultura, em troca da renúncia fiscal do Estado. No entanto, há pontos de atenção e perguntas não respondidas, que colocam em xeque alguns dos dispositivos legais que, na prática, atrapalham o desenvolvimento cultural sem uma razão explícita. Apesar disso, em geral, o texto legal preocupa-se em atender às disposições constitucionais, exercendo uma função essencial na promoção da cultura. A presente monografia utiliza como método de abordagem o método dedutivo, como métodos de procedimento os métodos histórico, comparativo, estatístico e funcionalista, tem nível de pesquisa exploratória, utiliza as técnicas de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental e traz uma análise qualitativa de dados.

**Palavras-chaves.** Cultura. Lei Rouanet. Vale do Taquari-RS

ISBN 978-655376423-1



9

786553

764231